



O poeta
Patativa do
Assaré (Antônio
Gonçalves da
Silva)

O
dia
da

Leitura sociológica
de um discurso
camponês
em chave literária

CLÁUDIO HENRIQUE
SALES ANDRADE

caça?

CLÁUDIO HENRIQUE
SALES ANDRADE é
mestre em Letras pela USP.

"A caça fora a maneira de se encontrar com as forças elementares do mundo.

[...]

A aldeia formigava de questões e raivas, e ele coava-lhe apenas a agitação de longe

[...]

A morte que a arma fazia tinha no mesmo instante uma ressurreição dentro dele.

[...]

[...] puro, alheio à raiva e à ganância.

[...] a alma solitária do caçador" ("O Caçador", Miguel Torga).

No poema “O Caçadô”, Pata-tiva do Assaré apresenta pela voz de um narrador protagonista aspectos do cotidiano de um sertanejo nordestino; a precariedade das condições de vida do personagem decorre, em grande parte, da violência contra ele praticada por um coronel latifundiário que usurpou boa parte de sua diminuta propriedade rural. Destituído, assim, do espaço territorial mínimo necessário para garantir a sua reprodução por meio do trabalho agrícola, o camponês expropriado vê-se constrangido a sobreviver à custa da prática da caça que, neste caso, assume contornos de uma atividade econômica regressivamente extrativista.

“O CAÇADÔ

Seu Guarda, sua incelença
aqui tem franca licença
não tem de que se acanhá,
se o Sinhô é empregado,
Tem seu direito sagrado
dos pote fiscalizar

Mas talvez nesta giene
O sinhô não invenene
os pote, pois a muié
ajeita a todo momento
e bota piaba dento
mode não criá marté

Entre, mas tenha cuidado,
pois meus cachorro é zangado
pode istranhá meu patrão,
lá vem um se arrupiendo,
o bicho tá lhe estranhando,
vai te aquetá, Tubarão!

É o Tubarão e o Gigante
morreu o véio Elefante,
que até de pena chorei,
ô cachorro bom dos diabo!
trezentos e tantos rabo
de tatu dependurei

Ele não timia a nada
e nunca perdeu caçada,

era muito acoadô,
meu Elefante, coitado,
me deu munto rizurtado
na vida de caçadô

Estes dois também acôa,
tenho feito noite boa
que não percizo mió,
são dois companhêro izato,
eu onte truxe do mato
dois peba e dois lapixó

Sinhô Guarda eu vou caçando,
a minha vida levando
com meus cachorro fié,
com eles nada mim imbarça,
só não mato munta caça
quando a Caipora não qué

A Caipora é quem é dona
das caça e não abandona,
pois as caça é suas rez,
sem ela querê por certo
o caçadô mais isperto
nunca resurtado fez

Assim como o fazendêro
tem bode, gado e carnêro
e mais outras criação,
a Caipora com certeza
é quem faz toda defesa
das caça pelo sertão

É quem as caça defende
e quando a Caipora intende
dos cachorro trapaia,
o mato fica isquizado
e o caçadô fica afrito,
não mata nem um preá

O que eu lhe digo é exato,
tô véio de vê no mato
estas feia arrumação,
mas nunca fui assombrado
e até já tenho caçado
na Chapada do Ispigão

Seu Guarda aquela Chapada
do Ispigão é assombrada
que eu não sei nem lhe dizê,
lhe juro por Jesus Cristo
como de lá tenho visto
muntos caçadô corrê

As vez os cachorro arenga
e pega numa istrovenga
na mais doida confusão,
correndo no tabulêro
como se fosse um vaquêro
na pega de um barbatão

Outras vez cachorro apanha
que o grito vem da montanha
zuando nos cafundó
e a gente vendo de perto
tudo declarado e certo
a lapada do cipó

Porém os ispaiafato
que aparece pelo mato,
nunca, nunca me assombrou,
pra isto eu sou muito forte
e só deixo com a morte
a vida de caçadô

Mode sustentá a famia
caço de noite e de dia,
sou obrigado a caçá
do sertão até a serra,
é bem pouca a minha terra
não tenho onde trabaiaá

Eu perdi mais da metade
da curta popriedade
que eu herdei do meu avô,
o Coroné Macelino
com seu instinto ferino,
sem que nem praquê tumou

Sem briga questão nem zanga
Fez ele uma grande manga
tão grande que faz horrô,
uma parte do terreno
que já era bem pequeno
dentro da manga ficou

Eu não fiquei satisfeito
e fui com munto respeito
falá com o Coroné,
mas porém ele zangado
ficou me oiando de lado
com os óio de cascavé

Mode não havê censura
leveí a minha iscritura
porém ninguém se importou,

pois onde fala o dinhêro
o resto fica no acêro
carimbo não têm valô

Eu vi que tava roubado
e vortei disconfiado
sem nada pudê fazê,
mas porém tô bem ciente
que se o inferno é mesmo quente,
ele vai se derretê

Com orguio e com ganança
confiscou a minha herança
sem tê compaixão de mim
bem dizia o Mané Chico
que o sujeito quando é rico
quanto mais rico mais rim

Tive um prejuizo imenso,
mas porém guardei silêncio
com o que me aconteceu,
pruque se eu falasse sero
lhe dizendo eu quero eu quero
era mais pió pra eu

Se caso eu questionasse
e cronta ele falasse,
com certeza ia se dá
outra maió injustiça
arguém a minha carniça
ia no mato incontrá

Por isto vivo caçando,
as injustiça agüentando
do jeito que Deus não quer,
no mundo eu só acho graça
em meus cachorro de caça
meus fio e minha muié

Só peço a Deus que na vida
nunca me farte a comida,
um bom armaço de angü
feito de massa de mio
bem saboroso e sadio
misturado com tatu

Quero vivê afastado
deste mundo desgraçado
cheio de rôbo e questão,
eu aqui gozo bastante,
de um lado vendo o Gigante,
de outro lado o Tubarão”.

O poema configura-se como um diálogo virtual. As marcas desse tipo de estrutura são dadas, de um lado, pelo estabelecimento de um interlocutor, de uma instância de segunda pessoa dentro do texto, e, de outro, pelo seu silêncio. Este é um interlocutor que não intervém com nenhuma fala, limitando-se a escutar o relato do narrador.

A fala do narrador desenvolve-se em três etapas. A primeira, extremamente condensada, desempenha uma função fática, através da qual, no contato entre narrador e interlocutor, são apresentados elementos de circunstância como traços descritivos do ambiente, a identidade social do interlocutor e os motivos de sua presença na casa do protagonista. A segunda etapa constitui o momento de auto-apresentação do narrador. Em pinceladas sumárias ele apresenta-nos o seu cotidiano de caçador, com suas dificuldades, angústias e pequenas alegrias. Esta passagem traça-nos ainda um significativo perfil psicossocial do matuto sertanejo ao trazer para o foco da cena aspectos de sua relação com a entidade mitológica da Caipora, protetora da caça. A terceira e última etapa historiciza esta vida presente ao revelar-nos a sua gênese social. É o momento da introdução de uma perspectiva problematizadora na elaboração do retrato do caçador por meio do resgate dos processos sociais que produzem a precariedade de suas condições de existência. O personagem, ao contar o processo de usurpação de suas terras pelo latifundiário, revela-nos a dupla violência de um conflito de classes que anula antigas identidades sociais e impõe a suas vítimas o silêncio e a resignação.

Quais os pressupostos e as implicações do tipo de estrutura adotada pelo poema? O arcabouço de diálogo, apresentando-se ora mais completo, com a alternância das falas dos interlocutores, ora apenas sugerido, como aqui, em virtude do silêncio de uma das partes, é recorrente na obra do autor. Grande número de poemas seus traz a instância de segunda pessoa não apenas como um pressuposto de todo ato de comunicação, mas explicitamente referida por meio de certas marcas lingüísticas. A estrutura

assim configurada parece aspirar a uma aproximação entre interlocutores, fazendo do poema uma fala para um outro, cuja alteridade é desejada em termos de uma presença física que esteja ao alcance do som da voz de quem enuncia, e não apenas na condição de leitor distante e desconhecido alcançado unicamente pela grafia da letra sobre o papel. O contexto referencial para o florescimento desse tipo de comunicação é o da oralidade, que se enraíza na vivência de um círculo comunitário onde prevalecem as relações face a face. Do predomínio desse tipo de estrutura na obra do poeta importa ressaltar, sobretudo, o significado tácito aí contido que parece ser o de uma forte petição de diálogo e da presença física do interlocutor. Essa petição de diálogo e de presença física não é acidental, mas vem ao encontro de necessidades sociais específicas do mundo sertanejo e que, acreditamos, constituem dados relevantes para uma leitura interpretativa tanto deste poema em particular quanto do conjunto mesmo da obra do poeta.

A leitura do poema produz um efeito desconcertante; ao seu término experimentamos um certo desconforto, sintoma, quem sabe, de uma frustração resultante do contraste entre a expectativa despertada pelo título e as condições de luta pouco afeitas ao heroísmo em que se apresenta este caçador. Aventura, perigo, arrojo, enfrentamento e bravura seriam alguns termos capazes de traduzir as sugestões em geral associadas à figura de um caçador e relacionadas às histórias de caça. O retrato, que nos apresenta o texto, nada tem desse perfil aventureiro ou heróico. O poema trai essa expectativa de heroísmo, aqui substituído por uma atitude cujo nível máximo de força se traduz numa forma de resistência contida e sábia, porque a única capaz de conciliar a necessidade de permanência num território conflagrado, mantendo ao mesmo tempo o personagem a salvo das ameaças e riscos de sua eliminação física. E se o próprio caçador afirma sua coragem diante do perigo e do mal-assombro (a Caipora), observe-se que se trata de uma coragem mais da esfera da firmeza e da resistência que do

afrontamento e do combate direto.

Vejam os como estão distribuídas as vinte e sete sextilhas em relação às partes do poema atrás mencionadas. As três primeiras estrofes constituem a introdução, a segunda parte inicia na quarta estrofe e vai até a décima sexta; a estância seguinte podemos considerá-la conjuntiva, já que faz a passagem para a terceira e última parte do poema. O que logo se evidencia nessa demarcação é o caráter planejado de uma distribuição equilibrada. A curta introdução de três sextilhas se faz seguir de duas partes equivalentes e simétricas, cada qual contando igualmente com doze estrofes. Desde logo vale ressaltar a tensão interna que se arma no poema pelo contraste e oposição entre a segunda e a terceira partes. Na segunda, o narrador fala da sua vida presente, enquanto, na terceira, resume o conflito de terra em que teve uma porção de sua propriedade rural usurpada pelo latifundiário, num processo de acumulação primitiva que constitui a própria gênese da sua condição atual de caçador. É nessa terceira parte que o narrador afirma sua primeira identidade social de camponês que só se tornou caçador por não ter mais onde plantar. Da segunda para a terceira parte, ocorre a mudança de um enfoque sincrônico para outro diacrônico, ou seja, de uma descrição da vida presente para um resgate histórico da gênese desse presente. No desenvolvimento dessas duas partes, no encadeamento seqüenciado de dois tempos narrativos diferentes, identificamos um procedimento responsável pela transformação do que poderia permanecer apenas uma mera descrição idílica da figura folclórica de um caçador num retrato contraditório, composto numa perspectiva problematizadora.

Das três estrofes de abertura, a primeira traz as fórmulas de hospitalidade com que o caçador recebe o visitante. As expressões “Seu Guarda”, “sua Incelença” configuram um tratamento cerimonioso, que revela um primeiro traço da psicologia e da sociabilidade deste sertanejo. O homem que lhe surge diante dos olhos, ele o identifica como um guarda, e o que se insinua por trás dessa identificação é a presença do poder que em

última instância esse guarda representa, que é o do Estado.

A forma como o sertanejo se dirige ao visitante, num misto de cordialidade e lisonja, aponta para um tipo de sociabilidade, onde se mesclam respeito, sentimento de inferioridade e expectativa. O sertanejo, no isolamento em que vive, sente-se inferiorizado face ao homem da cidade, pois acredita que o cidadão seja mais instruído e civilizado do que ele. Embora o poema não faça nenhuma referência direta à cidade, a condição de funcionário público do guarda remete ao meio urbano, uma vez que um pressuposto de seu trabalho é a existência de instituições capazes de produzir conhecimento e investidas de poder para prescrever e fazer cumprir normas e determinações e que, por força da infra-estrutura de que necessitam, têm suas sedes nas cidades. Assim, o tom respeitoso e a acolhida hospitaleira são marcas tanto de uma valorização “ingênuas” do outro, feita em detrimento do universo do próprio matuto, quanto, também, parecem expressar alguma expectativa positiva em relação ao trabalho do visitante. No contexto de isolamento e abandono em que vive tal caçador, esta visita, constituindo-se num sinal da presença do Estado, provavelmente será interpretada como uma demonstração de interesse e preocupação dos poderes constituídos para com a família campesina. E o Estado aparece ao personagem na forma de uma instância providencial e regulamentadora, cuja mera existência talvez desperte em sua consciência a esperança de vê-la atuar em prol também do restabelecimento da equidade e do equilíbrio rompidos em outra esfera de sua vida.

A segunda estrofe dá-nos a conhecer certas condições de vida do protagonista através de alguns elementos dispostos numa frase que nos informa indiretamente do motivo da visita do guarda.

“Mas talvez nesta giene
o sinhô não invenene
os pote, pois a muié
ajeita a todo momento
e bota piaba dento
mode não criá marté”.

A menção aos potes, à mulher, aos peixes e aos *martelos* sugere um quadro de pobreza e rusticidade em que se contextualiza uma prática de higiene no mínimo esdrúxula para os padrões urbanos.

Muito embora esse assunto da higiene da água não tenha desenvolvimento posterior no poema, faz-se necessário, aqui, a elucidação de alguns dados extraliterários implicados nessa passagem para, assim, reunirmos elementos que nos ajudem a desvendar o significado da presença desse guarda, figura cuja escolha pelo poeta para interlocutor da personagem não me parece gratuita, apesar de aparentemente imotivada, haja vista a falta de desdobramento no poema do assunto que justifica a sua presença naquela modesta choupana.

Nas condições precárias de higiene em que vivem, têm os sertanejos do Nordeste por costume colocar peixes dentro de potes e de outros recipientes similares para que esses animais promovam a limpeza da água aí armazenada, resguardando-a, inclusive e principalmente, da proliferação de girinos, no sertão denominados *martelos*, por causa de certa semelhança, e que são hospedeiros do protozoário transmissor da malária.

Nas décadas de 40 e 50, os guardas da Sucam (Superintendência de Combate à Malária) percorriam os quadrantes do interior do país em campanha de erradicação do mosquito transmissor dessa doença. Seu trabalho consistia em inspecionar os mananciais e reservatórios de água para detectar a existência de focos transmissores. Em caso positivo, o sítio era interditado, a água declarada imprópria para o consumo, e lhe era aplicado um forte veneno. Nas condições precárias em que estes agentes da saúde pública exerciam seu trabalho, na ausência de um sistema eficiente de comunicação entre as populações interioranas, esse tipo de intervenção, não raro, foi causa de um significativo número de mortes por ingestão de água envenenada.

“Mas talvez nesta giene
o sinhô não invenene
os pote [...]”.

Numa primeira leitura pode parecer que o caçador esteja ironizando o método de higiene do guarda. Como se, confiando mais naquele que a tradição lhe ensinou, estivesse a dizer que a profilaxia do fiscal serviria unicamente para envenenar a água, sem outro benefício. Estando, assim, em franca desvantagem face ao seu próprio método, que além de resguardar o líquido da contaminação preserva também a sua potabilidade. Nesse caso, os versos acima equivaleriam a algo como “o senhor não me venha com essa higiene envenenar os potes”. O que, levando em conta a intenção já expressa pelo caçador de colaborar com o guarda, assumiria um aspecto de ressalva repassada de ironia, pois à declaração inicial de aquiescência se faria seguir uma insinuação maliciosa, que punha sob suspeição a competência do saber científico, tornando assim a própria colaboração prometida incongruente, pois se faria a despeito de um forte sentimento de desconfiança. Seria um caso em que a verdadeira opinião do personagem sobre uma ação que lhe interessa diretamente só se revelaria pela metade, com meios-tons, talvez pelo medo de afrontar o poder coercitivo de que está investido o guarda. A ironia presente na fala do caçador, nessa hipótese, consistiria em fazer essa aproximação entre higiene e veneno, na insinuação de que o *remédio* oferecido pelo guarda se transformaria afinal no seu contrário, em veneno. É admissível também que essas palavras ressoem um pouco a crônica sedimentada na memória coletiva de casos de morte por envenenamento, tragicamente ocorridos após a aplicação desse “remédio”. O nó da questão, pois, será desatado se destrincharmos o sentido preciso destes versos: “Mas talvez nesta giene/ o sinhô não invenene/ os pote [...]”. A frase seria um apelo? Expressaria a apreensão de quem cede com um pé atrás? De alguém que franqueia seus pertences ao trabalho do fiscal, à profilaxia pretendida pelo agente sanitário, mas no fundo duvida se isso afinal será mesmo o melhor a fazer?

Não creio que, aqui, seja esse o caso. Não é uma ironia que jogue com o paradoxo semântico entre as palavras *remédio* e

veneno. O que ele está a dizer é mais simples e a ironia existe sim, mas situa-se noutra ponta da cena, num efeito totalizante do poema, e não nessa passagem tomada isoladamente. O que o caçador está dizendo é algo aproximadamente como: “mas talvez nesta sua visita de higiene, hoje, nem sequer seja preciso aplicar o veneno, pois a mulher já vem cuidando disso da seguinte maneira, etc”.

“Mas talvez nesta giene
O sinhô não invenene
os pote, pois a muié
ajeita a todo momento
e bota piaba dento
mode não criá martê”.

Na terceira estrofe termina a parte introdutória do poema com o caçador convidando o guarda a entrar em sua casa e tranquilizando-o a respeito da atitude agressiva e hostil de um dos cachorros.

“Entre, mas tenha coidado,
pois meus cachorro é zangado
pode istranhá meu patrão,
lá vem um se arrupiendo,
o bicho tá lhe estranhando
vai te aquetá, Tubarão!”.

O convite para *entrar* e o aparecimento do cachorro *Tubarão* são índices que marcam o início da segunda parte do poema. Mas antes de darmos por vista essa introdução é necessário assinalar uma questão que se impõe em decorrência das escolhas feitas pelo poeta nesta passagem e a que já nos referimos atrás. Se, como vimos, o assunto da higiene da água não tem quaisquer desdobramentos no restante do poema, por que então colocar como interlocutor do personagem este agente de saúde pública? Por que um fiscal da higiene, se o fato que justifica a sua visita não será devidamente retomado, ficando em aberto o desfecho de sua intervenção? Sendo a queixa essencial do caçador-camponês referente a uma questão de natureza política e agrária, tal problema não tem nenhuma relação com a área de competência do guarda. Haveria

então simples gratuidade na escolha da função social de que está investido este interlocutor ou, ao contrário, tal determinação desempenhará, ainda que pela via do deslocamento, algum papel especial na economia do poema?

Esse poema, do qual existem duas variantes (1), apareceu pela primeira vez em *Inspiração Nordestina*, livro de estréia do autor. A sua feitura, portanto, deverá situar-se entre as décadas de 40 e 50, quando foi intensa a ação daqueles guardas sanitários. Essa circunstância histórica parece ser a base empírica para a figuração desse guarda. O que é curioso, no entanto, não é essa representação em si, mas o fato de ficar inconclusa, de o leitor não ser informado sobre a realização da tarefa que trouxera o guarda até aquela casa. Ficamos assim sem saber no que deu a inspeção sanitária. A questão que se coloca do ponto de vista analítico é a de saber se os dados que figuram no texto relativos à presença e à identidade do interlocutor se convertem em elementos contribuintes para a dispersão, ou, ao contrário, para a coesão e unidade do texto. Acreditamos que esse “silêncio” produzido pelo poema em relação a esses elementos seja antes produtivo e revelador, podendo ser interpretado como uma fonte fecunda de significados.

O que nos interessa, pois, é verificar em que as determinações particulares atribuídas à segunda pessoa do discurso em “O Caçadô” contribuem, se é que o fazem, para a coerência semântica do poema. Quais significados e expectativas, estando implicados na função social deste interlocutor, percutem de algum modo o teor da queixa expressa pelo protagonista e assim reforçam a unidade do poema.

Primeiramente verificamos que a figura do guarda remete de pronto à esfera do público. Ele está representando algo, e não simplesmente apresentando-se. Não aparece ali como pessoa particular, mas na condição de agente do poder público. Sua presença aponta para uma instância da vida social que se desenvolve na dimensão da coletividade, em contraposição à esfera da privacidade. A função de que está investi-

1 A versão que analiso é a do livro *Aqui Tem Coisa* e não a primeira, que foi publicada em *Inspiração Nordestina*.

do tira o fundamento de sua legitimação do caráter coletivo e público da esfera que o sustém e de onde emana o seu poder. A sua função, o exercício do seu trabalho, estão imersos numa aura de universalidade que, em última análise, confina com o sentimento de justiça e com a esfera do sagrado. E é esta *aura* que o caçador vislumbra ao dizer: “se o sinhô é empregado/ tem o direito sagrado/ dos pote fiscalizá”.

Podemos assim identificar, como elementos evocados pela presença desse guarda, um certo movimento do olhar em direção à esfera do público e aos direitos de cidadania, o sentimento da legitimidade como fundamento de universalidade, a expectativa sobre a atuação de instâncias regulamentadoras da vida social, enfim, uma série de elementos que ecoam o anseio de justiça e o sentimento do sagrado. No desenvolvimento das duas partes subsequentes, esses elementos e os valores que lhes correspondem irão sucessivamente estar presentes e faltar, contribuindo, tal configuração, para o efeito de contraste que pode ser sentido entre a segunda e a terceira partes do poema. Mais adiante retomaremos essa questão, pois, para decifrar a pertinência e funcionalidade desse interlocutor, precisaremos da ajuda de novos elementos que serão trazidos pela continuação da análise.

O convite “Entre, mas tenha cuidado”, que o caçador faz na terceira estrofe, dá início à segunda parte e, embora referindo-se a sua casa, é, na verdade, a senha para a introdução do visitante-leitor no conhecimento de alguns fatos da vida do protagonista. Se o fiscal veio inspecionar a moradia, o que o anfitrião mostra-lhe, no entanto, são aspectos da sua existência. Tudo começa pela necessidade de comentar o comportamento ameaçador de um dos cachorros. Este comentário já se mescla com a descrição das atividades de trabalho do caçador.

Curiosamente verificamos aqui a presença do desmesurado nos nomes hiperbólicos dos cães. Todos evocando grandeza e força superlativas, o que deve intrigar-nos pelo contraste com a fragilida-

de, o desamparo e a impotência que caracterizam as condições de vida do personagem. Seria a recorrência à hipérbole, nesse contexto, uma espécie de compensação simbólica? Estaríamos, aqui, frente a um certo fetichismo lingüístico que consistiria em acreditar no poder mágico e evocativo da palavra, o que levaria à tentativa de, por meio da nomeação, efetuar pactos e alianças com forças propícias?

A segunda parte do poema pode ser subdividida em dois momentos. O primeiro consiste num resumo da vida laboriosa do protagonista, através de uma fala em que enaltece a bravura e acuidade dos cachorros e a sua própria coragem, *descrevendo* certas ações típicas do seu trabalho. Já o segundo consiste numa digressão sobre a Caipora e o regime de troca que preside a relação do caçador com a poderosa entidade mitológica.

Esses dois momentos formam uma unidade porque compõem etapas imprescindíveis à auto-apresentação do narrador. São aspectos da vida presente, revelando hábitos e crenças que se enraízam numa determinada prática de trabalho.

Acima, dissemos que, nesse trecho, o poeta, ao invés de narrar, *descreve as ações* do caçador. Queremos com isso chamar a atenção para um modo curioso utilizado pelo poeta para mostrar ao leitor as ações do protagonista. Elas não nos são apresentadas como acontecimentos em processo, mas como fatos já acontecidos e evocados num tempo posterior.

A atuação do caçador não nos é mostrada por meio de quaisquer ocorrências singulares e pontuais, e sim como ações tipificadas. Não há, pois, nessa parte, propriamente narração. O discurso assume características muito mais descritivas, o acontecimento aparece como se tivesse sido congelado e fosse resgatado em sua tipicidade e não apresentado como um evento singular. Isso importa na medida em que constitui mais um elemento de contraste com a terceira parte, na qual, agora sim, deparamo-nos com a narração de uma ocorrência singular, de um acontecimento pontual.

Esse contraste pode ser medido pela observação do aspecto verbal que prevalece nas sentenças de cada uma das partes. Enquanto, na segunda parte, predominam os aspectos durativos com o emprego de formas verbais como o imperfeito, o gerúndio e o particípio, ou mesmo o presente e o perfeito, mas neutralizados em seu aspecto pontual, na terceira prevalece justamente o aspecto pontual com o emprego maciço do pretérito perfeito.

Os fatos aludidos na segunda parte não são relatados segundo um desdobramento narrativo que nos mostre um processo de transformação, onde o leitor aprecie a passagem de um estado inicial para outro final. Ao contrário, os eventos são apresentados na forma de resumos de fatos, genericamente, e não como uma atividade singular se desdobrando num tempo presente: “Ele não *timia* a nada/ *era* muito acoadô”, ou “Sinhô Guarda *eu vou caçando*/ a minha vida *levando*”.

O imperfeito e o gerúndio relatam não uma ação singular, mostrada simultaneamente ao ato da enunciação, mas um conjunto de eventos passados, reunidos, agrupados, resumidos, manifestando um modo típico e costumeiro do acontecer.

Mesmo quando, nessa segunda parte, aparece o pretérito perfeito ou o presente do indicativo, o aspecto pontual que numa frequência maior costuma ser atualizado por estas formas verbais vem neutralizado por algum termo ou expressão, como, por exemplo, um advérbio ou um pronome indefinido, que dá uma amplitude generalizante ao fato, dissolvendo a sua singularidade: “meu Elefante coitado/ me *deu munto* rizurtado”, ou “com eles *nada mim imbaraça*/ só não mato munta caça”.

Qual a natureza do conteúdo que se expressa por meio desta forma? O que nele existe que requer essa sintaxe particular, que pede esta forma determinada de expressão?

A fala sobre a Caipora ocupa oito das doze estrofes da segunda parte. Constitui o seu assunto principal. O que o narrador aí relata não o faz, como já foi dito, na forma de uma intriga onde acompanhamos o fio

do desenvolvimento de uma ação. Não estamos frente a uma seqüência de incidentes encadeados formando um conjunto individualizado numa articulação de causa e efeito, ou antecedente e conseqüente. O que aparece são asserções sobre a Caipora, apresentadas de forma genérica num feitiço lingüístico similar àquele com que se enuncia uma lei.

*“A Caipora é quem é dona
das caça e não abandona,
pois as caça é suas rez,
sem ela querê por certo
o caçadô mais isperto
nunca resurtado fez*

*É quem as caça defende
e quando a Caipora intende
dos cachorro trapaiá,
o mato fica isquizado
e o caçadô fica afrito,
não mata nem um preá”.*

Estas e outras asserções vão configurando uma certa versão do mito, reunindo elementos selecionados entre as inúmeras variantes existentes no repertório da tradição. O que procura exprimir esse conjunto de asserções na feição em que se apresenta? Como se estrutura e a que necessidade vem atender essa forma do mito?

Na visão de André Jolles (s/d), o mito é um discurso que se apresenta como uma resposta a uma interrogação humana sobre o universo. Tomado de perplexidade ante certos fenômenos, o homem interroga o universo e recebe deste uma resposta, e esta lhe aparece como uma resposta dada pelo próprio universo e não como um produto da razão humana. Nesse sentido o saber ministrado pelo mito está em antagonismo ao conhecimento a que o homem chega a partir de si mesmo. A participação na sabedoria mitológica exige do homem uma espécie de integração à totalidade, enquanto o conhecimento alcançado por meio da racionalidade é obtido à custa de processos de segmentação e individuação.

Defrontando-se com o imponderável, desafiado pelas forças infinitamente mais

poderosas da natureza, oprimido pelo temor do fracasso, o homem busca defender-se e compreender o mistério. O mito oferece-lhe uma resposta apaziguadora, dá-lhe uma regra de funcionamento do universo. Essa é a função que a referência à Caipora desempenha na vida do caçador. Com seus ditames e interdições, com os ritos que institui, a entidade sagrada regulamenta o conflito, institui um código de relações, ameniza a incerteza atribuindo um sentido aos imprevistos e intempéries que acometem aquele homem no cotidiano de seu trabalho. Por isso, a relação do caçador com a Caipora é harmoniosa apesar dos sacrifícios, privações e obstáculos que ela lhe impõe. O homem, ao aderir e integrar-se ao esquema de relações projetado pelo mito, o que faz é celebrar um pacto com as forças elementares e assim obter um ganho relativo de poder ao assumir um lugar previsto para ele num determinado esquema cosmológico.

Vemos aqui reaparecer por meio do mito aquela esfera do sagrado, que já fora anunciada pela presença do guarda. Trata-se outra vez do reconhecimento da legitimidade e da aceitação de um poder regulamentador. A atitude do caçador é aqui de humildade e acolhimento, como fora antes com o guarda. Se, para com este, ele reconhecia o direito sagrado ao desempenho do seu ofício, ele agora reconhece a legitimidade do poder da Caipora e a tal poder se submete com a sábia prudência de quem decifra e acata uma lei divina: “só não mato munta caça/ quando a Caipora não qué” ou “quando a Caipora intende/ dos cachorro trapaiá,/ o mato fica isquizado/ e o caçador fica afrito,/ não mata nem um preá”.

Podemos agora aventar uma hipótese para responder à questão sobre a natureza do conteúdo dessa parte do poema que requer essa forma específica de expressão, essa configuração sintática particular.

De um lado, o discurso que mostra o cotidiano de trabalho do caçador congela suas ações porque estas foram destituídas de poder fundante. Elas apenas repõem as condições de existência do personagem sem nenhuma possibilidade de alterarem essen-

cialmente a situação presente. De outra parte, o discurso que traz à cena a entidade da *Caipora* é o discurso do pacto, do contrato, do acordo, do conflito negociado. Aquilo que costura esse pacto poderíamos dizer que é uma espécie de *lei*. Aquela forma de relatar analisada, em que os eventos aparecem como ocorrências típicas, classificadas, repetíveis, é, pois, a forma sintática condizente com a expressão de uma *lei*. Nesta o acontecer aparece integrado a um sistema que o faz previsível, a uma ordem que obedece a uma certa lógica do costume.

CAMPONÊS CAÇADO CONVERTE-SE EM “CAÇADOR-LIVRE”

A terceira parte vem contrastar e negar a segunda. Agora muda a forma de estruturar o discurso com o aparecimento da narração de um caso concreto, e muda também a identidade social do narrador. Estas duas circunstâncias associam-se para produzir o grande efeito de crítica social, por meio dos recursos da ironia e da ambigüidade. Começamos pelas mudanças no modo de construir o discurso. Temos aqui, em todo o poema, o único relato de uma ocorrência singular em que podemos acompanhar um acontecimento em seus desdobramentos, ou seja, em que podemos seguir o desenrolar de uma ação completa. O poeta, para narrá-la, utiliza-se do pretérito perfeito, pondo em relevo o aspecto pontual da ação. O caso que aí se conta é o processo de usurpação de uma propriedade rural, em que um coronel latifundiário é o agente e agressor e o camponês, a vítima.

Na décima sexta e décima sétima estrofes nos é revelada a origem social desta que é a segunda identidade do personagem, a de caçador, e que, apesar desta posterioridade, o poema apresentou em primeiro lugar. As duas estrofes a seguir relativizam, historicizam, traçam a genealogia desta condição de caçador, considerada até então pelo leitor-ouvinte como a única, ou a principal. Desponta por detrás dela uma

outra identidade anterior, primitiva, profundamente enraizada no personagem, a de camponês:

*“Mode sustentá a famia
caço de noite e de dia,
sou obrigado a caçá
do sertão até a serra,
é bem pouca a minha terra
não tenho onde trabaiá*

Eu perdi mais da metade
da curta propriedade
que eu herdei do meu avô,
o Coroné Macelino
com seu instinto ferino,
sem que nem praquê tumou”.

Vista nessa perspectiva genésica, a identidade de caçador revela-se produto de uma coerção, de uma violência. Tal é a condição a que ficou reduzido o camponês após perder a sua terra. Numa contabilidade de mais e menos, de ganhos e perdas, pode-se dizer que o personagem não escolhe este destino, mas antes *resulta* caçador. Caçador por *subtração*. A gênese dessa nova ocupação retira-lhe qualquer *glamour* ou veleidade heróica que pudesse vir prometida no título aventuroso do poema. A concepção mágica e heroicizada da figura do caçador como alguém que se equilibra na fronteira entre a vida e a morte, que realiza um rito milagroso ao converter paradoxalmente morte em vida, já que faz da presa que mata alimento para viver, é aqui substituída num processo de mimese realista por uma representação prosaica em que o caçador, reduzido a caça pelo coronel, adota uma forma de luta pela sobrevivência que, ironicamente, se constitui numa reprodução metafórica, em posições simetricamente invertidas, da experiência de que ele próprio foi vítima. O leitor fora frustrado inicialmente por não se deparar com a narrativa de nenhuma prática concreta de caça, como evento singular. Falta aí uma cena que nos mostre o caçador em atuação, onde possamos admirar sua astúcia e habilidade. E a ironia está precisamente nisso, o caçador transforma-se em caça e o “Coronel

Macelino/ com seu instinto ferino” é apresentado como a verdadeira fera perseguindo a vítima.

Essa terceira etapa do texto contém, conforme já observamos, o único trecho propriamente narrativo do poema. A estratégia do coronel para expropriar o camponês e apoderar-se de sua terra assemelha-se às artimanhas de uma fera perseguindo a presa. O agressor, valendo-se do poder e do prestígio que possui, vai cercando terras, acuando e encurralando o camponês e conseguindo, assim, tornar sem efeito todas as reações de sua vítima. Terminam as escaramuças com o agricultor confinado a uma nesga de terra insuficiente para garantir a sua subsistência e de sua família.

A ironia manifesta-se nessa inversão de papéis e de expectativas. O protagonista, que inicialmente fora apresentado como caçador, é, no fundo, a verdadeira caça nesse enredo. E foi precisamente a perda que lhe foi infligida, a circunstância de ter sido escoraçado e reduzido à condição de caça humana, o que o converteu, contraditoriamente, em caçador.

Observemos como todo esse processo de expropriação é narrado por meio de uma enfiada de pretéritos perfeitos: “não fiquei satisfeito”, “fui falar”, “ficou me olhando”, “levei a escritura”, “ninguém se importou”, “vi que tava roubado”, “vortei desconfiado”, “tive um prejuízo imenso”, “porém guardei silêncio”, etc. Estamos agora diante do puro aspecto pontual. Aquele que indica a ação efetivamente realizada e acabada, contada por quem foi por ela vitimado. Mas essa maneira, digamos, indireta de contar a ação, não pela voz daquele que é o sujeito do ato, mas daquele que foi objeto dele, não lhe tira o caráter pontual e acabado que, como vimos, era inexistente até o início dessa terceira parte. Confrontando esse procedimento sintático com o da etapa anterior, fica evidente o contraste. Podemos afirmar, então, que o leitor agora é apresentado a um evento completo, a que esse aspecto de acabamento dá a unidade e o formato de uma ação perfeitamente concluída e, por isso mesmo, capaz de fundar uma situação nova. O processo de expro-

priação é um evento contraditoriamente genésico, na medida em que destrói o camponês, engendra o caçador. Já na primeira parte do texto, a predominância dos aspectos freqüentativo e permansivo aponta para a continuidade do estado de coisas resultante desse evento genésico narrado no trecho seguinte. O poema se desenvolve, pois, percorrendo a linha do tempo do presente para o passado, e retornando depois ao presente, e se constitui num movimento de resgate e rememoração de um incidente violento e humilhante e que constitui a origem histórica das condições de vida do protagonista.

A violência com que o coronel investe contra o camponês é exemplar. Uma violência aplicada sem alarde, em surdina. O agressor, confiado na rede de relações que o favorece, age com a naturalidade de quem arranca uma flor. Põe o gado para invadir as terras e depois as cerca, tudo “sem briga questão nem zanga”. A “fleuma” e o cinismo com que é perpetrada tornam essa violência mais ferina e escandalosa, pois revelam a arrogância de um poder que atua com base no pressuposto da impunidade e da irrelevância do adversário. Enquanto isso, em contrapartida, a vítima reage de forma prudente e cautelosa, limitando-se a recorrer, ordeiramente, à intervenção de uma justiça manipulada pelo mais forte. Diante dessa conjuntura de forças o desfecho não poderia ser outro senão o recuo e a resignação estratégica do camponês.

A lógica da agressão, aqui, é a de naturalizar a violência e criar uma situação de fato que se constitui, assim, no primeiro passo para a anulação do direito do outro. Nulidade de direito referendada com a omissão de uma justiça corrupta. A violência principia com o pressuposto contido na atitude do expropriador. O de que não há absolutamente o que ou a quem justificar o ato praticado. Para a vítima, a quem cabe o ônus da ação reparadora, ir além da recorência inútil a uma justiça cega para os pobres, mas atenta e submissa aos ricos e poderosos, significaria expor-se ao risco da própria eliminação física. Resignar-se para continuar vivendo é o que faz o cam-

ponês, agora reduzido a caçador, regredindo da condição de trabalhador produtivo para a de mero coletor. A falta de qualquer outra perspectiva de reação para o expropriado decorre em parte do seu isolamento e, em parte, da falta de articulação dos interesses de sua classe social que, vale lembrar, tem precisamente no isolamento geográfico (determinante do isolamento social) uma das peculiaridades de suas condições de existência.

Este poema é representativo daquela linhagem narrativa que traz à cena uma consciência mergulhada nas coordenadas do próprio conflito, sem ainda transcendê-lo, e cujas ações assumem, por isso, contornos pré-políticos. O poeta representa aqui a consciência possível a uma figura social circunscrita e limitada por determinadas condições históricas. O camponês expropriado não vislumbra outra alternativa senão o recuo estratégico. Não se dá conta da força coletiva implicada na sua condição camponesa, uma vez que vive e pensa a partir do seu isolamento. Por tudo isso, repetimos, trata-se de um poema representativo de um estágio pré-político do conflito de classes.

Procuremos descrever melhor o que caracteriza o grau de consciência crítica do personagem representado num poema como “O Caçador”. Importa observar a fórmula de resolução do impasse adotada pelo protagonista quando a situação chega naquele “ponto de fuga” em que não há mais o que fazer, nem a quem apelar. O que lhe resta então? Ele volta sua esperança para a justiça divina e manifesta a intenção de isolar-se ainda mais com a família para ficar longe do mundo cheio de “rôbo” e “questão”. O seu desejo e esperança de reparação da injustiça por meio de um castigo ao agressor na outra vida se exprime na forma de uma imprecação: “mas porém tô bem ciente/ que se o inferno é mesmo quente./ ele vai se derretê”.

Essa é a última expressão de uma consciência que resiste. A expectativa de reparação num plano sobrenatural não é o fator responsável por qualquer conformismo. Essa esperança de que se faça justiça na

outra vida não antecede o desenrolar da luta e logicamente não influenciou na resposta que foi sendo dada passo a passo pelo protagonista. Ele reagiu, mas dentro do possível e com os recursos de que dispunha. Só depois de fracassarem os procedimentos ao seu alcance é que o personagem expressa esse anseio por uma reparação em outra dimensão da existência. Essa crença e a esperança que alimenta não são o que determina o caráter pré-político da reação final. Pré-políticas são as coordenadas em que se desenvolve a vida da personagem, a sua condição camponesa, a inexistência de articulação dos interesses de classe, o isolamento espacial em que se desenrola sua existência, tudo isso é que se constitui nas premissas do seu comportamento pré-político, e não a esperança num acerto de contas futuro, ainda que numa outra vida. Esta imprecação, invocando poderes de um plano sobrenatural, constitui uma maneira de recusar o perdão e o esquecimento, e terá talvez o valor de um estribilho, uma espécie de tatuagem verbal que serve para que o sujeito carregue consigo a memória dos agravos de que foi vítima. Expressa uma determinação de resistir, de não capitular. A imprecação cifrada em “código” religioso significa uma expectativa de reparação da perda sofrida, com a qual o sujeito repõe no horizonte a utopia da justiça.

Esse é o mesmo grau de formulação do conflito de classes que encontramos em “Vingança de Matuto”, outro poema do autor. Também ali um sertanejo provisoriamente derrotado nas escaramuças da luta de classes, expropriado como o nosso camponês-caçador, suspira igualmente apelando para a justiça divina:

“Minha vingança é que depois da morte,
Tem ele a sorte de vivê afrito,
Lá nas caldêra do purão do Inferno,
Tem fogo eterno para o Binidito”.

Essa recorrência ora a um código político, ora a um código religioso para a formulação da denúncia de uma injustiça social, seguida do anseio de sua reparação, mostra como o conteúdo de base, o plano



do significado, que no caso é a própria luta de classes, admite comutações no plano do significante, com este podendo assumir uma configuração religiosa, ou ganhar uma formulação laicizada, recorrendo a signos da esfera política. Esse tipo de comutabilidade, essa possibilidade de expressar uma aspiração de uma classe social através de dois registros, ambos resguardando o caráter e a função de resistência do discurso poético, pode ser exemplarmente ilustrada com um incidente que envolveu a criação do poema “Vingança de Matuto”.

A estrofe acima, evocando a justiça divina, foi escrita pelo poeta em substituição a esta outra em que o matuto evocava o nome do líder comunista Luis Carlos Prestes:

“Se um dia o Prestes alcançar vitória
A minha história lhe contá eu vô,
E peço a ele pra me dá meu sito
Que o Binidito do meu pai tomô”.

O poema foi primeiramente publicado num jornal, editado em São Paulo de nome *Terra Livre*. Tempos depois, quando o poeta resolveu publicá-lo em livro, ainda no período da ditadura militar, achou prudente mudar os versos colocando a imprecação religiosa no lugar da invocação ao nome do líder comunista. Essa mudança, que poderia causar arrepios a uma certa esquerda, deve ser entendida como um processo “antropofágico” de apropriação dos significantes disponíveis no âmbito de uma cultura de uma outra classe pela cultura popular. Essa utilização de signos políticos entra em contradição com certa concepção que vê na disseminação de uma racionalidade materialista em substituição à religiosidade popular o único caminho para o amadurecimento das lutas pelo socialismo. O que presenciamos nesse curioso processo de transmutação desses códigos uns nos outros é a força do “dinamismo da vida arcaico-popular” traduzindo significantes das mais diversas procedências no seu sistema de significados (2). Observemos ainda como nessa experiência de substituição a que se viu forçado o poeta nos anos da ditadura, ironicamente, porque num tempo

que sendo cronologicamente posterior esperaríamos que fosse mais politizado, aquilo que se poderia identificar como atitude pré-política encobre, dissimula e substitui para escapar à vigilância da censura aquela outra expressão que se poderia classificar como propriamente política. Mas na verdade essas atitudes são duas apenas na aparência, pois traduzem ambas a mesma expectativa de uma solução providencialista para a questão. Providencialismo que resulta, antes de mais nada, do “caráter pré-político da própria estrutura social em que se insere o camponês” (Martins, 1990).

MITO ESCLARECEDOR E ESCLARECIMENTO MÍTICO

Ao longo da análise procuramos, de um lado, identificar os procedimentos poéticos que utiliza Patativa do Assaré na composição d’“O Caçador”. De outro, levantamos algumas pistas que nos ajudassem a interpretar o poema, centrando nossa atenção no estranhamento causado pela figura do guarda, pelo caráter aparentemente imotivado na atribuição da função social específica desse interlocutor.

Os elementos acumulados a respeito desses dois núcleos de interesse articulam-se e complementam-se. No plano dos procedimentos destacamos a oposição entre a maneira de construir as duas últimas partes do poema. Vimos como certas diferenças no modo de organizar o discurso, em cada um dos trechos considerados, refletem diferenças e contrastes no plano do significado. A mudança do enfoque da vida presente para o relato histórico do caso vai se esbater sobre a representação das duas ocupações diferentes e dialeticamente contraditórias assumidas pelo protagonista, ontem camponês, hoje caçador.

As diferenças na maneira de organizar o discurso, quando projetadas sobre a oposição caçador/camponês, produzem uma inversão irônica. De um lado, a vida atual é apresentada num aspecto permansivo de

2 Esse processo é analisado por Alfredo Basi (1992) no ensaio “Cultura Brasileira e Culturas Brasileiras”.

onde desertou do horizonte do protagonista todo o poder de iniciativa, tanto no plano da reparação das perdas sofridas, quanto no da criação dos meios de subsistência. De outro, o trecho que apresenta a gênese da condição de caçador mostra-nos este como um camponês expropriado, objeto da caçada de um coronel latifundiário, a quem cabe, verdadeiramente, o poder das iniciativas e o controle das condições em que se desenvolve o conflito. Esse coronel é, de fato, o caçador no sentido de que além de ter iniciativa ele é a única personagem que detém o poder de levar a termo as ações iniciadas, que assim se apresentam como eventos perfeita e completamente realizados.

Vimos, ainda, como no interior do segundo trecho o personagem tece considerações sobre a Caipora. A presença do mito nessa passagem é outro elemento de contraste entre as partes segunda e terceira. A relação do caçador com o mito apresenta duas características básicas. Primeiro presentifica de forma alternativa na vida do protagonista, através da instauração de um território mítico, o tempo da lei, a vigência de um código regulamentador, o que nos leva à segunda característica. A legitimidade de que se reveste esse código por meio do seu acolhimento, pela adesão do protagonista a ele, instaura na vida do caçador o regime das trocas. A observância da regra, o respeito do caçador aos poderes da Caipora, que determina o quando e o *quantum* da caça ele pode dispor, além do regime de oferendas, não explicitamente mencionado no poema, mas inerente à forma do mito, e presente em todas as versões existentes deste em particular, inserem contraditoriamente o caçador, que fora excluído do mercado, num outro regime de trocas. E será desse *comércio* com a entidade que o personagem colherá a experiência da troca como forma básica de relação do homem com o universo, do eu com o outro.

Será, pois, esse conjunto, formado pelo regime da lei e da troca, que irá contrastivamente faltar na terceira e última parte do poema. Ali, por meio das ações do coronel, impera o regime do arbítrio que consiste na ausência de lei substituída pelo império da

força, da corrupção e do privilégio. O processo de reificação estabelece-se pela anulação do outro, o camponês, que é destruído como camponês e tem que mudar de “pele” e negar-se para permanecer vivo. E o resultado concreto da expropriação de que é vítima é, como já assinalamos, a sua regressão a uma forma de trabalho mais primitiva do que a agricultura. Nesse aspecto as perdas são muitas e profundas. A personagem deixa o regime de trabalho produtivo, aquele trabalho que gera riqueza, que cria bens, enfim, que multiplica os meios de vida disponíveis e passa a um outro regime, no qual o trabalho diminui, subtrai, faz minguar a totalidade dos recursos disponíveis. No primeiro caso, com o seu trabalho mobiliza e fecunda a natureza para gerar recursos, tem assim o poder da iniciativa e, dentro de determinados limites, pode administrar o fluxo entre meios e necessidades. Nessas condições o trabalho é um caminho para a constituição do sujeito. No segundo caso, seu trabalho se concretiza pela captura do já existente e nada acrescenta, pelo contrário, ele vive na dependência de recursos finitos e já criados e aos quais sua atividade contribui apenas para diminuir, fazer minguar. Na dependência do já existente e que se torna cada vez mais escasso, seu poder de iniciativa e, conseqüentemente, a sua capacidade de administrar a relação entre os recursos de vida e a sua escassez é bem menor do que no primeiro caso.

Além disso, note-se a insignificância enquanto valor de troca dos “produtos” auferidos pelo caçador através do seu trabalho. São mencionadas caças absolutamente inexpressivas do ponto de vista comercial, como preá, tatu, peba ou lapixó. Caças estas que se prestam unicamente ao consumo da família do caçador e dos animais que o auxiliam. Nada, portanto, que aponte para a possibilidade de sua integração ao mercado a partir dos resultados do seu trabalho. Tais condições de vida resultam, como já vimos, de um processo de expropriação que aqui se faz duplamente perverso: além da perda implicada em toda situação desse tipo, há, nesse caso,

uma agudização desse sentimento pelo fato de que nas áreas territoriais periféricas do modo de produção de mercadorias tal processo não remete direta ou imediatamente a sua vítima a uma resolução capitalista do impasse criado, não arremessa o trabalhador ao mercado de trabalho de mão-de-obra assalariada. Essa circunstância, tão fortemente aludida pela intriga do poema, é coerente com as condições socioeconômicas do meio nordestino. Nos enclaves em que se perpetua a agricultura de subsistência muitas vezes a contradição entre terra de trabalho e terra de negócio não é ainda uma contradição plenamente capitalista. Não resultam, pois, desse processo de expropriação, as condições de existência do trabalhador livre. Na ausência de uma industrialização que aproveite a força de trabalho do camponês expropriado, este, após ser desestabilizado como trabalhador produtivo, é também excluído do mercado capitalista, já que não consegue sequer converter-se em mão-de-obra assalariada. O resultado imediato de todas essas transformações é a regressão a formas ainda mais primitivas de atividade econômica, com o seu corolário, a redução do nível de sociabilidade que leva ao insulamento ainda maior do antigo camponês, agora caçador.

Nessa circunstância a presença do guarda ganha relevância pelo contraste e deslocamento nela implicados. É ele, como foi dito, um funcionário que presentifica a esfera da coletividade, pela sua condição de representante do poder público. A presença do guarda e o seu trabalho de fiscalização sanitária pressupõem a unificação e homogeneização do território nacional submetido ao poder centralizador do Estado. A conformação de um território nacional a abrigar uma sociedade também dita nacional vem ao encontro da necessidade de unificação e homogeneização do espaço em benefício da expansão e consolidação do modo de produção de mercadorias. Nessa perspectiva, o guarda atua como agente regulamentador em nome do capital ou do mercado. É assim um representante do mundo do valor que se confronta, justamente, com alguém deserdado do seu

patrimônio, vivendo de forma tão rudimentar que se acha excluído do mercado e que acaba de descer abaixo do nível mais elementar que lhe permitiria participar desse mercado, a saber, como agricultor, produtor eventual de excedentes e matérias-primas requisitadas por um regime de trocas.

O efeito do encontro entre representantes desses dois mundos, o mundo do valor e um mundo anterior à troca, esvaziado de valor, é desconcertante. Colocado o desconcerto em termos da perplexidade e estranhamento que nascem de um encontro anacrônico entre o mundo do valor, imbuído de sua missão “civilizadora”, e a contraface desse mundo, a miséria, a regressão seguida da exclusão do mercado, tudo isso nos confins de um território em que seria de esperar encontrasse o representante do mundo do valor uma situação que reafirmasse os pressupostos de sua necessidade e universalidade, o desconcerto desse encontro, dizíamos, percutiu aquele descompasso que inicialmente chamara nossa atenção, o da falta de desdobramento do assunto da higiene da água, justificativa da presença do guarda, que nos levava a pensar no caráter imotivado da função social do interlocutor.

A aparição do guarda com a sua atitude de escuta e seu projeto de intervenção encena o momento de contato entre esses dois mundos que se relacionam de forma “trágica” e anacrônica, um encontro no qual não há correspondência ou simetria entre necessidades e prestação de serviço. O descompasso entre a “escuta” ou a prestação de serviço que o guarda tem a oferecer e a carência básica e fundamental que responde pela miséria do personagem é o índice de tragicidade da situação, e ele nos é dado principalmente por esse efeito da forma. A arquitetura da intriga construindo esse descompasso estabelece um diálogo entre surdos já que o guarda nada pode em relação àquela que constitui a principal queixa do caçador. E este, embora acate e reconheça a importância daquele laço social representado pela aparição da esfera pública, denuncia, por meio da falta de correspondência entre sua necessidade bá-

sica e o serviço que lhe é oferecido, a ineficácia relativa de um benefício social que não pode alcançar o cerne da questão. Na pesagem dos fatores que contribuem para a depauperação da qualidade de vida a questão da higiene da água não é irrelevante, mas periférica, epidérmica, a raiz da miséria e da humilhação situa-se em outra dimensão, e esta foge inteiramente à competência do guarda, não lhe é dado intervir numa questão em que está implicada a própria irracionalidade contraditória do modo de produção de mercadorias, de que ele é, de alguma forma, uma espécie de agente “civilizador”.

A sacralidade entrevista pelo caçador na figura do guarda imbuído de sua missão é indicativa de uma visão de mundo que identifica na esfera pública, e em última instância no próprio Estado, o lugar onde a imaginação situa o ideal de justiça (3). Está ausente aqui, obviamente, a identificação do Estado como o organismo regulador da sociedade em função dos interesses de uma classe. O vislumbre por parte do caçador de uma sacralidade na missão do guarda é uma rua de duas mãos. Ele acolhe e reconhece esse direito sagrado do outro, acalutando o anseio de que essa instância sagrada e justa que ele representa, em contrapartida, restaure as condições mínimas elementares de uma existência digna. Somente nessa perspectiva a formulação da queixa do caçador tem sentido. O fato de que ele aproveita a presença daquele empregado/autoridade para contar-lhe a sua história tem o significado de uma estratégia para manter aceso pelo menos no plano do discurso a recusa à situação presente e um anseio de mudança.

A ironia resultante da inversão de termos que rejeitamos atrás reaparece ao fim do poema como efeito totalizante, posto pela estrutura profunda do texto. Trata-se de uma ironia que poderíamos assim descrever. A escolha de um agente sanitário para interlocutor do protagonista é uma escolha deslocada face à natureza do problema em discussão. Esse deslocamento converte-se em ironia na medida em que põe a nu a ausência de mecanismos de co-

municação que possibilitem ao camponês fazer-se ouvir. No repertório das trocas posto à disposição no seu relacionamento com o Estado faltam canais capazes de reconhecer a reivindicação de base cuja solução reequilibraria sua existência social, restabelecendo direitos que, por sinal, são contraditoriamente afirmados e negados com base num mesmo quadro institucional (4). Na relação disponível existe apenas um mecanismo de mão única que tem os seus limites na intervenção assistencialista e que não pretende nem pode chegar ao cerne da questão, nem muito menos acenar com alternativas de soluções radicais. Assim, o deslocamento promovido pela escolha aleatória, gratuita, dessa figura impotente no âmbito de suas atribuições para intermediar uma reivindicação de natureza político-agrária é um procedimento que resulta revelador de um descompasso, de uma incongruência, metaforicamente representada à semelhança de uma conversa de surdos e que denuncia os limites de certas políticas sociais predestinadas a uma atuação meramente epidérmica.

Além disso, por se constituir numa prática preestabelecida, resultante de uma visão ideologicamente niveladora, que ignora a particularidade das situações, o tipo de intervenção de que o guarda é agente opera por meio da generalidade, ignorando e, portanto, atropelando as necessidades singulares. Este é o mal de todo remédio que emana de uma prática autoritária e dominadora, converter-se em veneno ao ignorar as particularidades das circunstâncias em que vivem aqueles a quem pretensamente deveria beneficiar. O tipo de intervenção assistencialista, impotente para incidir sobre o ponto crucial da questão, acaba por se converter numa espécie de violência ao deixar intocados e irresolvidos os problemas mais agudos, frustrando as expectativas de ajuda e os anseios de reparação. Representa, enfim, um tipo de barbárie exercido através do aparelho de Estado e ministrado em nome do esclarecimento.

Paradoxalmente, no repertório das experiências simbólicas desse caçador-camponês justamente o mito vem representar a

3 “[...] é possível perceber que [os oprimidos] não confundem o opressor de classe, portanto o inimigo, com o ponto onde o imaginário localiza a justiça, isto é, no poder político enquanto coisa pública” (Chauí, 1989).

4 “O direito de propriedade que [...] o camponês invoca judicialmente para resistir à expropriação é o mesmo direito que o capitalista invoca para expropriar o camponês” (cf. Martins, 1990, p. 16).

sua única oportunidade de contato com um tipo de mediação “civilizada”, se entendermos por civilizada uma situação em que, uma vez demarcados limites e socialmente definidos os espaços pertinentes aos sujeitos sociais, haja respeito e cumprimento do que fora pactuado. Sua inserção no plano mitológico acaba por constituir-se, contraditoriamente, numa experiência de esclarecimento se contrastada com os contatos que mantém com o guarda sanitário e com o coronel latifundiário. Dois encontros que, no que pesem suas diferenças, implicam ambos contato com formas de barbárie. Ao confrontar-se com o mito depara-se com a possibilidade de interagir com um conjunto de regras cujo conhecimento e decifração o desafiam e requerem dele o exercício da sua capacidade humana de *inteligere*. Já o guarda e o coronel, cada qual a seu modo, representam encontros com formas distintas de barbárie. O coronel, por representar o ponto máximo de arbítrio e violência, por desencadear um processo de ameaças e intimidação que chega às raízes da própria aniquilação física do outro. E o guarda, pela estratégia institucional que representa, e muito mais pelo que cala do que pelo que faz. E isso a despeito de toda a aura sagrada que esse guarda carrega aos

olhos do caçador. Uma sacralidade mitologizada e que se arruína em contato com o verdadeiro significado da sua atuação deslocada. Sua intervenção, não esqueçamos, vem respaldada não só pelas insígnias do Estado como também pelo discurso pretensamente esclarecido das intervenções cientificamente fundamentadas. E nesse passo o poema atinge o máximo de crítica social por meio da ironia e ambigüidade que culminam nesse verdadeiro quiasmo em que aquilo que deveria representar o esclarecimento é fonte de barbárie, enquanto, curiosamente, o mito se apresenta como experiência esclarecedora.

Como vimos, os dados concretos da situação representada, insulamento, falta de articulação dos interesses de classe, não comportam o esboço de uma ação reativa enfática e eficaz por parte do caçador, ao tempo que o fazem resvalar para atitudes pré-políticas, mas atitudes a que não está ausente uma certa afirmação de resistência. O que falta às circunstâncias sociais para que o personagem aceda a um nível de consciência crítica politizada é compensatoriamente manifesto na própria formulação do discurso poético, na apropriação que faz a poesia dos dados da situação por um poeta do povo.

BIBLIOGRAFIA

- BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. 2ª ed. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.
- CHAUÍ, Marilena de Sousa. *Cultura e Democracia: o Discurso Competente e Outras Falas*. 6ª ed. São Paulo, Cortez, 1993.
- _____. *Conformismo e Resistência: Aspectos da Cultura Popular no Brasil*. 6ª ed. São Paulo, Cortez, 1996.
- JOLLES, André. *Formas Simples*. São Paulo, Cultrix, s/d.
- KAYSER, Wolfgang. *Análise e Interpretação da Obra Literária (Introdução à Ciência da Literatura)*. Tradução de Paulo Quintela. 7ª ed. Coimbra, Armênio Amado Editora, 1985.
- MARTINS, José de Sousa. *Os Camponeses e a Política no Brasil*. 4ª ed. Petrópolis, Vozes, 1990.
- SILVA, Antônio Gonçalves da (Patativa do Assaré). *Inspiração Nordestina — Cantos de Patativa*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Borsoi, 1967.
- _____. *Aqui Tem Coisa*. Fortaleza, Uece/RCV, 1995.
- ZUMTHOR, Paul. *A Letra e a Voz: a “Literatura” Medieval*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.
- _____. *Introdução à Poesia Oral*. São Paulo, Hucitec, 1997.
-